

Prefácio

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, N. M. Prefácio. *In:* BARCELLOS, H. S. **A Ciranda Infantil e as crianças sem terrinha:** educação e vida em movimento. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 11-16.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-144-1.p11-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, em Cascavel, Paraná, na decadência da ditadura militar e sob a influência da retomada do movimento dos trabalhadores iniciada no final dos anos 1970. Após alguns anos de desenvolvimento, o MST ganhou notoriedade no Brasil e internacionalmente.

Alguns autores assinalam que o MST é um grande movimento social, que enfrenta os governos neoliberais, tendo como norte a bandeira da reforma agrária e, ainda, que o MST organizou um movimento original e de massas, com base social em todo o país, congregando especialmente a população pobre do campo e da cidade.

Do ponto de vista do MST, e de outras organizações populares do campo, no Brasil existe um grave problema social, que se encontra no projeto econômico-social da burguesia e da maioria dos governos neoliberais. Em relação ao campo, os desdobramentos práticos desse projeto provocam o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras, consequências negativas sociais e ambientais, o aumento da violência, a violação dos territórios dos povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental.

Em grande medida, as consequências negativas apontadas ocorreram e continuam ocorrendo pela não realização da reforma agrária.

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-144-7.p11-16>

Além do MST, outras organizações do campo realizam ações pela reforma agrária. A reforma agrária de fato nunca foi realizada no Brasil. No entanto, as ações desencadeadas e as reivindicações apresentadas por esse conjunto de forças sociais ao Estado resultaram na constituição dos assentamentos da reforma agrária espalhados pelo país, tendo como principal articulador o MST, a organização mais importante e de maior visibilidade empenhada nessa luta. Os assentamentos conquistados são um fenômeno importante, pois geram um grande impacto econômico, social e educativo nas populações assentadas e nas que vivem no entorno e em cidades próximas. Em decorrência desse impacto, que atesta a relevância social dos assentamentos, governos em nível federal, estadual e municipais, durante décadas, criaram programas de apoio aos assentamentos, dentre os quais destacamos, em nível federal, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Além do Estado, outras instituições e organizações nacionais e internacionais reconhecem a importância estratégica do MST na geração dos assentamentos e, portanto, na geração de emprego e renda, bem como sua contribuição em outras áreas, com destaque para a educacional e a da agroecologia. Dessa forma, no âmbito acadêmico, várias universidades públicas brasileiras e de alguns outros países oferecem cursos em parceria com o MST, realizam pesquisas e prestam assistência a escolas e cooperativas do Movimento.

O interesse pelo MST como parceiro em atividades e como objeto de estudo é um fato. A origem desse interesse encontra-se no acontecimento de que o MST é altamente organizado, desenvolveu diferentes táticas de luta e contribuiu para trazer de volta à história um tema que parecia superado pelo progresso, qual seja, a luta pela terra.

O MST adquiriu notoriedade por várias razões: pela audácia com que tem enfrentado as políticas neoliberais; por suas táticas e métodos de

luta; por sua presença em todo o território nacional; por suas características de movimento altamente organizado e, certamente, pelos resultados que vem obtendo na educação e na produção agrária. A condição de organizador da educação e de uma economia política específica, dentre outros atributos, contribuiu para instigar o interesse sociológico em relação ao MST. Além disso, há outro aspecto bastante importante.

Em geral, os movimentos sociais têm ideias próprias a respeito de como a sociedade deve organizar a educação e o trabalho. Partidos políticos e sindicatos ligados aos trabalhadores, por exemplo, usualmente têm uma visão própria sobre a educação e o trabalho e, geralmente, organizam cursos, palestras etc. sobre os assuntos. O mesmo acontece com vários outros movimentos sociais. Contudo, é raro que organizações populares coloquem em prática suas ideias a respeito desses temas. Por conseguinte, neste quesito, o MST apresenta uma condição diferenciada. As ações iniciadas e consolidadas no transcurso de trinta e sete anos de lutas pela reforma agrária permitiram ao MST construir uma espécie de economia política, que abarca milhares de famílias assentadas e acampadas. E, concomitantemente à constituição dessa economia, o Movimento também construiu uma rede de escolas próprias ou sob sua influência.

O MST informa em seu site que foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o ensino fundamental completo e 50 até o ensino médio. Segundo o MST, há 300 mil trabalhadores/as rurais estudando, entre crianças e adolescentes. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados pelo Movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil Sem Terra foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos

e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Informa, ainda, que há mais de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores e mais de 100 cursos de graduação em parcerias com universidades públicas em todo o país. Isso sem contar com as inúmeras escolas itinerantes.

Para atender a esse contingente de pessoas, o MST criou cursos técnicos de nível médio e médio integrado, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Agroecologia, e cursos superiores, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História.

A quantidade de cursos e pessoas atendidas pode parecer modesta quando comparada ao sistema educacional brasileiro. Porém, essa quantidade é altamente significativa se considerarmos que decorre das ações de um movimento popular que organiza trabalhadores. Além disso, o interesse que a educação escolar do MST suscita vai além da sua magnitude, pois uma atividade educativa diferenciada em relação à pedagogia oficial estatal vem sendo exercitada pelo Movimento em suas escolas no transcorrer de quase quatro décadas.

O MST desenvolveu um esforço reflexivo teórico-prático e criou uma pedagogia própria, denominada **Pedagogia do Movimento**, que é diferente daquela que predomina na escola oficial. Essa Pedagogia, que tem influências teóricas de autores críticos e marxistas, tais como Lênin e os educadores soviéticos Krupscaya, Pistrak e Makarenko, é decorrente, principalmente, do fato de o Movimento ser um lutador político e de sua conexão com a economia política desenvolvida nos assentamentos.

Em nossas pesquisas desenvolvidas com o MST, desde o início dos anos 2000, verificamos que o MST conta com quase 3000 mil escolas e, por meio desses estudos, apuramos que devido à concepção pedagógica adotada, o Movimento institui em suas escolas o que ele denomina de

gestão democrática. Em geral, o modelo de gestão escolar adotado pelo MST em suas escolas coloca duas ações em movimento: a participação de todos e todas na gestão; e o compartilhamento do poder. Disso resulta que a instância principal de decisão na maioria das escolas é a assembleia geral, da qual participam professores, alunos, pais e comunidade, o que ocorre em diversos níveis de ensino, inclusive no da educação infantil.

Como apontado, o MST possui escolas em todos os níveis de ensino. Um dos programas educacionais que se destaca no MST é o realizado na educação infantil. É exatamente este tema que o livro de Luís Henrique dos Santos Barcellos aborda. O livro intitula-se **A Ciranda Infantil e as crianças Sem Terrinha: educação e vida em movimento** e trabalha, em especial, a educação infantil desenvolvida pelo MST.

Como é consabido, as escolas estatais no campo, denominadas de escolas rurais, sempre foram um apêndice limitado nos projetos sociais brasileiros. Quando se trata da educação infantil, as escolas são ainda mais escassas e atendem apenas a uma parcela mínima das crianças de zero a cinco anos de idade. Isso justifica o fato de que, para o MST, em seguida à luta pela reforma agrária, encontra-se a luta pelo direito à educação.

Para enfrentar a problemática da falta de escolas no campo, em especial de educação infantil, o MST decidiu tomar em suas próprias mãos a organização desse nível de ensino, formulando e implantando um projeto educacional voltado às suas crianças denominado de Ciranda Infantil.

No estudo desta temática, Barcellos procurou analisar a proposta educacional do MST para a infância no contexto das Cirandas Infantis. Para alcançar esse objetivo geral, o autor apresenta a história do MST, particularmente sobre a formação dos Sem Terra e dos Sem Terrinhas, analisa a concepção de infância e de criança do MST, e caracteriza a

organização da Ciranda Infantil, apontando sua história, princípios, objetivos e resultados alcançados pelo Movimento.

A pesquisa de Barcellos, que ora é apresentada ao público, pode ser considerada altamente relevante por vários motivos.

Primeiro, porque tem como objeto de estudo um nível importante da escolaridade, cujo projeto foi elaborado e implantado por um movimento social, que almeja uma formação crítica e emancipadora para os seus membros.

Segundo, porque em sua análise, o autor coloca em destaque os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST, em especial a visão de infância e de criança do Movimento, que difere da visão burguesa, já que seus objetivos estão voltados para a classe trabalhadora.

E, por fim, porque a pesquisa possui rigor científico e está sendo apresentada em um momento econômico-político dramático para o país. Dentre as várias ações do desgoverno que comanda o país, neste momento, encontra-se a total destruição da educação e suas instituições, em especial o encerramento dos Programas Educacionais voltados para os povos do campo. Desse ponto de vista, apresentar um estudo que coloca em epígrafe a experiência educacional de um movimento social que luta por justiça e igualdade é também um ato de resistência.

Os atributos positivos deste livro o elevam a uma leitura de referência para os leitores e leitoras interessados no tema da educação infantil.

Outono de 2021
Neusa Maria Dal Ri